



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL (T5-SAI-NAGOFFP)

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE Nº 3024829

Trata-se de Relatório de Auditoria referente à Ação Coordenada de Auditoria sobre a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br, no que tange ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Conforme consta no Plano de Trabalho (Doc. 2885458) a "auditoria tem como objetivo avaliar, no âmbito dos tribunais, a aderência à política pública instituída pela Resolução CNJ n. 335/2020, por meio do exame de conformidade das medidas adotadas para atender às exigências da própria Resolução CNJ n. 335/2020 e das Portarias n. 252/2020, n. 253/2020 e n. 37/2022, além da Resolução CNJ n. 443/2022 e da Portaria n. 25/2022."

Para tanto, mediante aplicação de questionário e análise documental, no esteio das questões de auditoria do mencionado Plano de Trabalho, a equipe de auditoria da 5ª Região avaliou as respostas e evidências apresentadas pela Administração (Doc. 2999313), para cada questão de auditoria. O resultado desse trabalho resta evidenciado na planilha abaixo:

QUESTÃO	RESPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	AVALIAÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA
1ª Questão de Auditoria: Os sistemas/aplicações de gestão de processos judiciais eletrônicos estão aptos a serem integrados à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)		
1.1 Os sistemas atendem aos requisitos de integração ao serviço estruturante de SSO Single SignOn?	Sim. Conforme vídeos dos links de evidência dos respectivos sistemas, a autenticação dos usuários ocorre através do SSO (keycloak) do CNJ.	ATENDE
1.2 Os sistemas atendem aos requisitos de integração ao serviço estruturante de MarketPlace?	Sim. Conforme vídeos dos links de evidência dos respectivos sistemas. No Pje 2.x, inclusive, está disponível o ícone e link de acesso ao marketplace conforme vídeo.	ATENDE
1.3 Os sistemas atendem aos requisitos de integração ao serviço estruturante de Notificações?	Sim. Conforme vídeos dos links de evidência dos respectivos sistemas. Para o PJe2.x, inclusive, é possível exemplificar uso do serviço de notificações.	ATENDE
1.4 Os microsserviços que se integram ao Codex estão efetivamente instalados em ambiente produtivo e em funcionamento ativo?	Sim. Os microsserviços do CODEX encontram-se instalados e operantes. No link de evidências do PJe 2.x é possível visualizar a confirmação de conexão com os 3 ambientes (JEF, TR e TRU). O link de evidências da coluna do PJe1.x contém a confirmação de instalação das 6 seções e o TRF5	ATENDE

1.5 Os microsserviços que se integram ao Codex possuem controle de indisponibilidade?	Sim. No entanto, conforme evidenciado pelos tribunais na reunião de 15/08/2022 com SIADJUD, não havia normativo expresso exigindo monitoramento do codex nos mesmos termos do PJe. Dessa forma, iniciamos esta atividade a partir da tomada de ciência do plano de trabalho de auditoria.	ATENDE
2ª Questão de Auditoria: A contratação e o desenvolvimento de sistemas, módulos ou funcionalidades estão aderentes à política de governança da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br)?		
2.1 O tribunal contratou sistema novo ou módulo de sistema legado, desenvolvido ou em desenvolvimento, após a entrada em vigor da Res. CNJ. 335/2020?	Foi assinado um novo contrato (14/2021), em 20/07/2021, tendo por objeto a contratação de serviços técnicos especializados de informática, compreendendo a realização de atividades para sustentação das soluções de Sistemas Judiciais Eletrônicos da 5ª Região.	ATENDE
2.2 Do ponto de vista da contratação, os sistemas novos ou módulo de sistema legado desenvolvido ou em desenvolvimento permitem o compartilhamento não oneroso?	Sim, conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, Anexo I, Parte II, Especificações Técnicas, item 1.11.	ATENDE
2.3 Do ponto de vista da contratação, os sistemas novos ou módulo de sistema legado desenvolvido ou em desenvolvimento obedecem à proibição de dependência compulsória de componentes licenciados?	Não há uso compulsório de componentes licenciados e o processo de desenvolvimento obedece à arquitetura e tecnologias definidas pelo CNJ, e descritas no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, Anexo I, Parte III.	ATENDE

<p>2.4 Do ponto de vista da contratação, os sistemas novos ou módulo de sistema legado desenvolvido ou em desenvolvimento observam a proibição de prever restrições sobre a propriedade intelectual?</p>	<p>Sim. No Edital nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, Parte XIII do Anexo I, Acordo de Confidencialidade de Informação, item 4, subitem 4.2, está dito: "A CONTRATADA concorda ter ciência de que este acordo ou qualquer INFORMAÇÕES SIGILOSAS entregues pela CONTRATANTE a ela, não poderá ser interpretado como concessão a qualquer direito ou licença relativa à propriedade intelectual (marcas, patentes, copyrights e segredos profissionais) à CONTRATADA; e, no subitem 4.3, está dito: "a CONTRATADA concorda que todos os resultados dos trabalhos prestados por ela à CONTRATANTE, inclusive os decorrentes de especificações técnicas, desenhos, criações ou aspectos particulares dos serviços prestados, são reconhecidos, irrestritamente, neste ato, como de exclusiva propriedade do CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA reivindicar qualquer direito inerente à propriedade intelectual;</p>	<p>ATENDE</p>
<p>2.5 Do ponto de vista da contratação, os sistemas novos ou módulo de sistema legado desenvolvido ou em desenvolvimento observam a autonomia do tribunal para modificar, adaptar ou criar derivações das aplicações?</p>	<p>Sim, conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, Anexo I, Parte II, Especificações Técnicas, item 1.11</p>	<p>ATENDE</p>
<p>2.6 O tribunal tomou as providências necessárias para correção dos contratos de aquisição ou desenvolvimento de sistemas novos ou módulo de sistema legado desenvolvido ou em desenvolvimento?</p>	<p>Quando a Res. 335/2020 foi publicada, o Termo de Referência juntado ao Edital nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, já estava em tramitação. Entendeu-se, salvo melhor juízo, que as providências já estavam sendo contempladas</p>	<p>ATENDE</p>
<p>2.7 O tribunal desenvolve novos módulos ou serviços, públicos ou privados, para o(s) sistema(s) processual(is) do tribunal?</p>	<p>Sim, novos módulos estão em desenvolvimento apenas para o PJe 2.X conforme declaração em anexo.</p>	<p>ATENDE</p>

<p>2.8 Os sistemas/aplicações, públicos ou privados, relacionados a processos judiciais eletrônicos atendem ao requisito de desenvolvimento colaborativo?</p>	<p>Sim, o desenvolvimento dos módulos é registrado no JIRA e GIT do CNJ conforme evidência em vídeo.</p>	<p>ATENDE</p>
<p>2.9 Os sistemas/aplicações, públicos ou privados, relacionados a processos judiciais eletrônicos estão disponíveis na PDPJ para uso comunitário?</p>	<p>Sim, no entanto os módulos ainda encontram-se em desenvolvimento. O AJG é o que encontra-se em fase mais avançada e já está disponível no discovery STG do CNJ para uso comunitário. Não cabe Marketplace para estes serviços, pois não possuem frontend próprio conforme orientação disponível em: https://docs.pdpj.jus.br/servicos-estruturantes/marketplace.</p>	<p>NÃO ATENDE</p>
<p>2.10 O interesse/andamento do desenvolvimento de novos módulos, públicos ou privados, está sendo informado ao CNJ?</p>	<p>Não se aplica. Os projetos enumerados no item 2.7, "a" foram instanciados antes da Res. CNJ 335/2020 (29/09/2020).</p>	<p>ATENDE</p>
<p>2.11 Os novos módulos, públicos ou privados, estão sendo desenvolvidos seguindo os critérios estabelecidos na Portaria n. 253 de 18/11/2020?</p>	<p>Não se aplica. Os projetos enumerados no item 2.7, "a" foram instanciados antes da Res. CNJ 335/2020 (29/09/2020), embora estejam registrados no JIRA e GIT do CNJ.</p>	<p>ATENDE</p>
<p>3ª Questão de Auditoria: Os editais de concursos públicos e de contratação de serviços terceirizados na área de TIC preveem conhecimentos específicos mínimos sobre os normativos e a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br?</p>		
<p>3.1 O tribunal realizou concurso público ou processo de seleção simplificado após a Portaria n. 25, de 31/1/2022, editada com base em previsão da Resolução CNJ n. 443/2022?</p>	<p>Não, conforme doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000</p>	<p>NÃO ATENDE</p>
<p>3.2 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 335/2020 foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>

3.3 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 91/2009 foram exigidos dos candidatos?	Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000	NÃO SE APLICA
3.4 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 252/2020 foram exigidos dos candidatos?	Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000	NÃO SE APLICA
3.5 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 253/2020 foram exigidos dos candidatos?	Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000	NÃO SE APLICA
3.6 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 131/2021 foram exigidos dos candidatos?	Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000	NÃO SE APLICA
3.7 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 396/2021 foram exigidos dos candidatos?	Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000	NÃO SE APLICA
3.8 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 162/2021 foram exigidos dos candidatos?	Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000	NÃO SE APLICA
3.9 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre linguagem de programação Java foram exigidos dos candidatos?	Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000	NÃO SE APLICA

<p>3.10 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre arquitetura distribuída de microsserviços; API RESTful; JSON; Framework Spring; Spring Cloud; Spring Boot; Spring Eureka, Zuul; Map Struct; Swagger; Service Discovery; API Gateway foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.11 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre persistência; JPA 2.0; Hibernate 4.3 ou superior; Hibernate Envers; Biblioteca Flyway foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.12 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Banco de dados; PostgreSQL; H2 Database foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.13 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Serviços de autenticação; SSO Single SignOn; Keycloak; Protocolo OAuth2 (RFC 6749) foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.14 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Mensageria e Webhooks; Message Broker; RabbitMQ; Evento negocial; Webhook; APIs reversas foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>

<p>3.15 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Ferramenta de versionamento Git foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.16 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.17 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Ferramenta de orquestração de containeres, Rancher foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.18 Caso tenha sido realizado concurso ou publicado edital, os conhecimentos sobre Deploy de aplicações; Continuous Delivery e Continuous Integration (CI/CD) foram exigidos dos candidatos?</p>	<p>Não se aplica, conforme resposta à questão 3.1 e doc. 2913815 PA SEI 0006636-83.2022.4.05.7000</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.19 O tribunal realizou contratação de serviços terceirizados ou contratações de fábricas de softwares após a Portaria n. 25, de 31/1/2022, editada com base em previsão da Resolução CNJ n. 443/2022?</p>	<p>Não. O Tribunal não realizou contratação de serviços terceirizados ou contratações de fábricas de softwares após a Portaria nº 25, de 31/01/2022, editada com base em previsão da resolução CNJ nº 443/2022.</p>	<p>NÃO ATENDE</p>
<p>3.20 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 335/2020 foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Quando a Res. 335/2020 foi publicada, o Termo de Referência juntado ao Edital nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, já estava em tramitação. Entendeu-se, salvo melhor juízo, que os conhecimentos já estavam sendo exigidos.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>

<p>3.21 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 91/2009 foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>O Termo de Referência juntado ao Edital nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, tramitou muito tempo depois da publicação da Res. 91/2009. Entendeu-se, salvo melhor juízo, que os conhecimentos já estavam sendo exigidos.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.22 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 252/2020 foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Quando a Res. 252/2020 foi publicada, o Termo de Referência juntado ao Edital nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, já estava em tramitação. Entendeu-se, salvo melhor juízo, que os conhecimentos já estavam sendo exigidos.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.23 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 253/2020 foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Quando a Res. 253/2020 foi publicada, o Termo de Referência juntado ao Edital nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, já estava em tramitação. Entendeu-se, salvo melhor juízo, que os conhecimentos já estavam sendo exigidos.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.24 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 131/2021 foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Quando a Res. 131/2021 foi publicada, o Termo de Referência juntado ao Edital nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, já estava em tramitação. Entendeu-se, salvo melhor juízo, que os conhecimentos já estavam sendo exigidos.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.25 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Resolução CNJ n. 396/2021 foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Quando a Res. 396/2021 foi publicada, o Termo de Referência juntado ao Edital nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, já estava em tramitação. Entendeu-se, salvo melhor juízo, que os conhecimentos já estavam sendo exigidos.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.26 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a Portaria CNJ n. 162/2021 foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Quando a Res. 162/2021 foi publicada, o Termo de Referência juntado ao Edital nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, já estava em tramitação. Entendeu-se, salvo melhor juízo, que os conhecimentos já estavam sendo exigidos.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>

<p>3.27 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre linguagem de programação Java foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Sim. Vide Parte I do Anexo I do Edital, parte integrante do Contrato nº 14/2021, Projeto Básico, Item 8, Alínea b.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.28 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre arquitetura distribuída de microsserviços; API RESTful; JSON; Framework Spring; Spring Cloud; Spring Boot; Spring Eureka; Zuul; Map Struct; Swagger; Service Discovery; API Gateway foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Foram exigidos os conhecimentos sobre API REST, Spring Cloud, Spring Boot, Spring Eureka, Zuul e Service Discovery, conforme pode ser observado na Parte III do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021, Projeto Básico, Itens 1 e 2.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.29 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre persistência; JPA 2.0; Hibernate 4.3 ou superior; Hibernate Envers; Biblioteca Flyway foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Foram exigidos os conhecimentos sobre Persistência, Hibernate e FlyWay, conforme pode ser observado na Parte I do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021, Projeto Básico, Item 8.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.30 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre Banco de dados; PostgreSQL; H2 Database foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Foram exigidos os conhecimentos sobre Banco de Dados e PostgreSQL, conforme pode ser observado na Parte I do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021, Projeto Básico, Item 8.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.31 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre Serviços de autenticação; SSO Single SignOn; Keycloak; Protocolo OAuth2 (RFC 6749) foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Foram exigidos os conhecimentos sobre OAuth2, conforme pode ser observado na Parte III do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021, Projeto Básico, Item 1.3.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>

<p>3.32 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre Mensageria e Webhooks; Message Broker; RabbitMQ; Evento negocial; Webhook; APIs reversas foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Foram exigidos os conhecimentos sobre Webhooks, Message Broker e RabittMQ, conforme pode ser observado na Parte III do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021, Projeto Básico, Item 1.3.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.33 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre Ferramenta de versionamento Git foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Sim, conforme pode ser observado na Parte III do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021, Projeto Básico, Itens 7 e 8.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.34 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>A maioria dos conhecimentos sobre a arquitetura de desenvolvimento da PDPJ-Br foram exigidos do contratantes/licitantes. Os conhecimentos sobre arquitetura e tecnologias definidas pelo CNJ estão descritos no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021, parte integrante do Contrato nº 14/2021, Anexo I, Parte III.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.35 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre Ferramenta de orquestração de containeres, Rancher foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>A ferramenta padrão utilizada pelo Tribunal é o OPENSIFT, conforme pode ser encontrado no Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>
<p>3.36 Caso tenha sido firmado contrato ou publicado edital, os conhecimentos sobre Deploy de aplicações; Continuous Delivery e Continuous Integration (CI/CD) foram exigidos dos contratantes/licitantes?</p>	<p>Foram exigidos os conhecimentos sobre Deploy, conforme pode ser observado na Parte XVIII do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2021, parte integrante do Contrato 14/2021.</p>	<p>NÃO SE APLICA</p>

Ante as informações e respectivas avaliações acima, apresentamos as seguintes recomendações:

1. Disponibilize na PDPJ, de forma ampla e definitiva, para uso comunitário, os sistemas/aplicações, públicos ou privados, relacionados a processos judiciais eletrônicos;

2. Na ocasião do próximo concurso público ou seleção simplificada, faça cumprir as determinações da Portaria CNJ n. 25, de 31/1/2022, editada com base em previsão da Resolução CNJ n. 443/2022; e

3. Na ocasião da próxima contratação de serviços terceirizados ou contratações de fábricas de softwares, faça cumprir as determinações da Portaria CNJ n. 25, de 31/1/2022, editada com base em previsão da Resolução CNJ n. 443/2022.

Por fim, comunicamos que os dados da planilha foram enviados ao CNJ pelo link fornecido, de modo que remetemos o presente relatório à Diretora da Diretoria de Auditoria Interna para apreciação e, conforme o caso, encaminhamento à Diretoria Geral para conhecimento das recomendações e tomada das providências cabíveis.

Em 29 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **RODOLFO GUIMARAES NEVES, SUPERVISOR(A)**, em 29/09/2022, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIO ALVES GOMES, DIRETOR(A) DE NÚCLEO**, em 30/09/2022, às 08:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3024829** e o código CRC **919FE5F0**.

Siaud-Jud - Ação Coordenada de Auditoria - Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ

Insira a senha para prosseguir

1200/002

Selecione o órgão

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Selecione o sistema

PJe Nacional

1ª Questão de Auditoria (Eixo 01 - Integração dos sistemas legados)

1.1 Os sistemas atendem aos requisitos de integração ao serviço estruturante de SSO Single SignOn?

Sim

Evidências apresentadas:

1.1.1 Houve vídeo?	1.1.2 Houve declaração?
Sim	Sim

1.2 Os sistemas atendem aos requisitos de integração ao serviço estruturante de Marketplace?

Sim

Evidências apresentadas:

1.2.1 Houve vídeo?	1.2.2 Houve print?	1.2.3 Houve declaração?
Sim	Sim	Sim

1.3 Os sistemas atendem aos requisitos de integração ao serviço estruturante de Notificações?

Sim

Evidências apresentadas:

1.3.1 Houve vídeo?	1.3.2 Houve declaração?
Sim	Sim

1.4 Os microserviços que se integram ao Codex estão efetivamente instalados em ambiente produtivo e em funcionamento ativo?

Sim

Evidências apresentadas:

1.4.1 Houve print?	1.4 2 Houve declaração?
Sim	Sim

1.5 Os microserviços que se integram ao Codex possuem controle de indisponibilidade?

Sim

Evidências apresentadas:

1.5.1 Houve relatório(s)?	1.5.2 Houve declaração?
Sim	Sim

2ª Questão de Auditoria (Eixo 02 - Módulos novos de sistemas legados e sistemas novos)**2.1 O tribunal contratou sistema novo ou módulo de sistema legado desenvolvido ou em desenvolvimento após a entrada em vigor da Res. CNJ. 335/2020?**

Sim, mais de um

Responda as perguntas a seguir a respeito de cada módulo ou sistema, adicionando quantas linhas forem necessárias, segundo o número de módulos ou sistemas.

2.2 O sistema novo ou módulo de sistema legado permite o compartilhamento não oneroso?	2.3 O sistema novo ou módulo de sistema legado obedece à proibição de dependência compulsória de componentes licenciados?	2.4 O sistema novo ou módulo de sistema legado observa a proibição de prever restrições sobre a propriedade intelectual?	2.5 O sistema novo ou módulo de sistema legado observa a autonomia do tribunal para modificar, adaptar ou criar derivações das aplicações?
Sim	Sim	Sim	Sim
Sim	Sim	Sim	Sim

2.6 O tribunal tomou as providências necessárias para correção dos contratos de aquisição ou desenvolvimento de sistemas novos ou módulo de sistema legado desenvolvido ou em desenvolvimento?

Sim

2.7 O tribunal desenvolve novos módulos ou serviços, públicos ou privados, para seu(s) sistema(s) processual(is)?

Sim, mais de um

Evidências apresentadas:

2.7.1 Houve print?	2.7.2 Houve declaração?
Não	Sim

Responda as perguntas a seguir a respeito de cada módulo ou serviço, adicionando quantas linhas forem necessárias, segundo o número de módulos ou serviços.

2.8 O sistema/aplicação relacionado a processo judicial eletrônico atende ao requisito de desenvolvimento colaborativo?	2.9 O sistema/aplicação relacionado a processo judicial eletrônico está disponível na PDPJ para uso comunitário?	2.10 O interesse/andamento do desenvolvimento de novos módulos, públicos ou privados, está sendo informado ao CNJ?	2.11 O novo módulo está seguindo os critérios estabelecidos na Portaria n. 253 de 18/11/2020?
Sim	Não	Sim	Sim
Sim	Não	Sim	Sim
Sim	Não	Sim	Sim

3ª Questão de Auditoria (Seleção de servidores e contratação de serviços terceirizados)

3.1 O tribunal realizou concurso público ou processo de seleção simplificado após a Portaria n. 25, de 31/1/2022, atualizada pela Portaria n. 257, de 31/7/2022, editadas com base em previsão da Resolução CNJ n. 443/2022?

Não

3.19 O tribunal realizou contratação de serviços terceirizados ou de fábricas de softwares após a Portaria n. 25, de 31/1/2022, atualizada pela Portaria n. 257, de 31/7/2022, editadas com base em previsão da Resolução CNJ n. 443/2022?

Não

E-mail

cagomes@trf5.jus.br